



**ANEXO III do MPO**  
**Relação de documentos para solicitação de financiamento de empreendimentos junto ao FEHIDRO**  
**Municípios e entidades municipais**

- 1) Ficha Resumo do Empreendimento - **Anexo I ou II**
- 2) Cronograma Físico-Financeiro - **Anexo VII**
- 3) Planilha de Orçamento - **Anexo VIII**
- 4) Documentos Técnicos referentes ao empreendimento, conforme sua natureza:
  - a. *Para estudos, projetos pesquisas e atividades afins*
    - i. Termo de Referência
  - b. *Para obras e serviços correlatos*
    - i. Projeto Básico ou executivo conforme estabelecido pela Lei 8.666/93;
    - ii. Memoriais Descritivos, Orçamentos, Cronogramas, Especificações Técnicas e demais documentos pertinentes
- 5) Licenças ambientais e de outorga de recursos hídricos, no que couber:
  - a. Cópia da Licença Prévia - LP da SMA ou da CETESB
  - b. Cópia da Licença de Instalação - LI da SMA ou da CETESB
  - c. Cópia da Licença de Operação - LO SMA ou da CETESB
  - d. Cópia do Atestado de Regularidade Florestal ARF/DPRN
  - e. Cópia da Licença de perfuração emitida pelo DAEE, para empreendimentos de construção de poços profundos
  - f. Cópia da publicação do Ato de Outorga do DAEE
- 6) Deliberação do Colegiado indicando o empreendimento para financiamento junto ao FEHIDRO
- 7) Atestado da Câmara Municipal de Exercício Efetivo de Mandato do Prefeito
- 8) Cópia do cartão do CNPJ;
- 9) Cópia do RG do(s) Responsável(is) Legal(is)
- 10) Cópia do CPF do(s) Responsável(is) Legal(is)
- 11) Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno nos casos em que o empreendimento assim o exigir, comprovando:
  - a. posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou
  - b. posse provisória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo de imissão provisória de posse; ou
  - c. locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso, entre outros, mediante instrumento legal que comprove a disponibilidade do terreno ou imóvel para utilização em período compatível com a natureza do empreendimento ou pelo menos com o retorno do investimento
- 12) Declaração de Adimplência técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros financiamentos com recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida; e de quitação de envio de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) em papel timbrado - **Anexo IX**
- 13) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) do INSS
- 14) Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS
- 15) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Tributos e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal

As certidões citadas nos itens 12 a 14 devem estar dentro do prazo de validade quando do protocolo no Comitê ou até três dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação do empreendimento.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA AUTARQUIAS, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, FUNDAÇÕES DE DIREITO PÚBLICO INSTITUÍDAS POR LEI, ETC.**

- 16) Cópia da lei de criação
- 17) Cópia do Estatuto
- 18) Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata de Eleição do(s) responsável(is) legal(is)
- 19) Após emissão de parecer de aprovação do empreendimento pelo agente técnico, poderão ser solicitadas informações econômico-financeiras específicas para fins de avaliação da viabilidade financeira da operação pelo agente financeiro
- 20) Após emissão de Parecer do Agente Técnico autorizando a liberação da primeira parcela do contrato, comunicar ao Agente Financeiro a abertura de conta bancária junto à sua respectiva agência local. A comunicação poderá ser feita diretamente pelo Tomador, ou mediante sua solicitação, pela agência local do Agente Financeiro, com posterior encaminhamento de correspondência, fax ou e-mail para:

**Banco do Brasil S/A – Agência Setor Público / MSE**  
Rua Libero Badaró, 318 - 3º andar - Centro – São Paulo – SP / CEP 01008-000  
Fone: (11) 3534-6700 / 3534-6711 / Fax: (11) 3105-1605

- 21) Declaração de Adimplência com a cobrança pela utilização dos recursos hídricos, emitida pela entidade responsável pela cobrança, para Tomador usuário de recursos hídricos em bacia com a cobrança implantada.